

Painel de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025 atualizado em 21/01/2026

Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Campo Grande/MS, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025. De acordo com o artigo 13 da Resolução Nº 325 de 29/05/2020, a Meta Nacional 1 compõe obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, não ocorrendo assim sua votação.

Meta 1 Meta 2 Meta 3 Meta 4 Meta 5 Meta 6 Meta 7 Meta 8 Meta 9 Meta 10 Downloads Anos anteriores

Painel atualizado em 21/01/2026, com dados de referência de 31/12/2025.

Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos (todos os segmentos)
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/24 a 19/12/25, excluídos os suspensos e sobretestados de 20/12/24 a 19/12/25.

Filtrar por:

Ramo de Justiça: Justiça Eleitoral | Tribunal: TRE-PB | Grau: Todos | Natureza: Todos | UF, Município: Todos

Julgar mais processos que os distribuídos

107,47%

Processos de conhecimento julgados

11.558

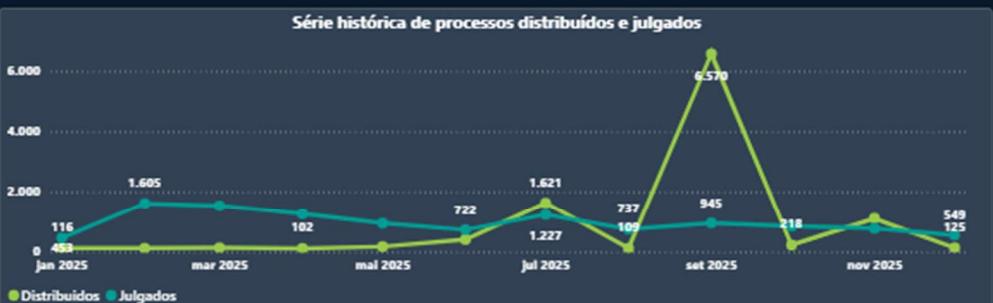
Processos distribuídos

10.755

Meta 1 por Ramo, Tribunal e Grau

Grau	Percentual
2º Grau	157,56%
1º Grau	103,87%

Série histórica de processos distribuídos e julgados



Mês	Distribuídos	Julgados
jan 2025	116	453
fev 2025	1.605	
mar 2025	1.605	102
abr 2025	1.605	
mai 2025	1.605	722
jun 2025	1.621	1.227
jul 2025	1.621	737
ago 2025	1.621	105
set 2025	6.570	945
out 2025	1.621	218
nov 2025	1.549	1.549
dez 2025	1.549	125

REALIZAÇÃO

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA **PNUD**

APOIO

JUSTIÇA FEDERAL Conselho da Justiça Federal **STJ** SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL **Tribunal Superior do Trabalho** **Conselho Superior da Justiça do Trabalho** **Tribunal Superior Eleitoral**

Fale conosco: suporteti.cnj.jus.br

Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Campo Grande/MS, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025. De acordo com o artigo 13 da Resolução Nº 325 de 29/06/2020, a Meta Nacional 1 compõe obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, não ocorrendo assim sua votação.

[Meta 1](#) [Meta 2](#) [Meta 3](#) [Meta 4](#) [Meta 5](#) [Meta 6](#) [Meta 7](#) [Meta 8](#) [Meta 9](#) [Meta 10](#) [Downloads](#) [Anos anteriores](#)

Painel atualizado em 13/01/2025, com dados de referência de 30/11/2025.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2025:

Superior Tribunal de Justiça: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018. Tribunal Superior do Trabalho: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2019.

Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2010) ou mais.

Justiça Federal: todos os processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.

Justiça do Trabalho: pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.

Justiça Eleitoral: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais.

Justiça Militar da União: todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2023 no STM.

Justiça Militar Estadual: todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 3 anos (2022) ou mais e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023 nas Auditorias, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2024 no 2º grau.

Filtrar por:

Tribunal
TRE-PB

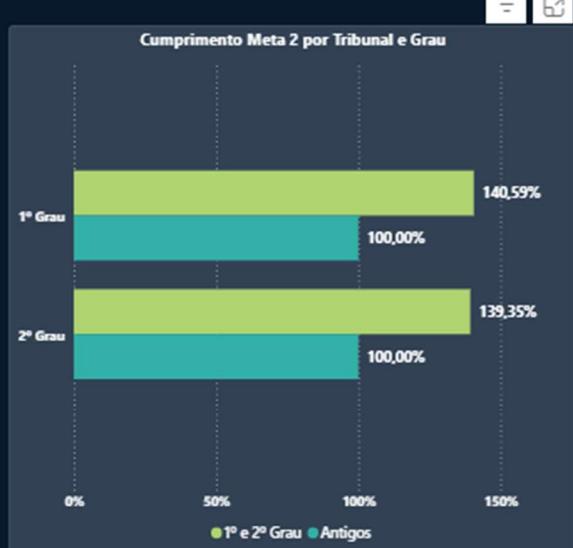
Grau
Todos

Natureza
Todos

UF, Município
Todos

STJ	TST	Estadual	Federal	Trabalho	Eleitoral	Militar da União	Militar Estadual
-----	-----	----------	---------	----------	-----------	------------------	------------------

1º Grau e 2º Grau		
Cumprimento 140,19%	Passivos 2 Mil	Resolvidos 2 Mil
Processos mais Antigos		
Cumprimento 100,00%	Passivos 23	Resolvidos 23



REALIZAÇÃO

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



APOIO

JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

STJ
Superior Tribunal Federal

Tribunal Superior do Trabalho

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Tribunal Superior Eleitoral

Fale conosco: suporteti.cnj.jus.br

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Campo Grande/MS, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025. De acordo com o artigo 13 da Resolução Nº 325 de 29/06/2020, a Meta Nacional 1 compõe obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, não ocorrendo assim sua votação.

Meta 1	Meta 2	Meta 3	Meta 4	Meta 5	Meta 6	Meta 7	Meta 8	Meta 9	Meta 10	Downloads	Anos anteriores
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------	-----------	-----------------

Painel atualizado em 13/01/2026, com dados de referência de 30/11/2025.

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Superior Tribunal de Justiça: Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% das ações de Improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2023 e Identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de Improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Justiça Estadual: Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações de Improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e Identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de Improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Justiça Federal: Identificar e julgar até 31/12/2025, 70% das ações de Improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2022 e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de Improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Justiça Eleitoral: Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% dos processos referentes às eleições de 2022 e 50% dos processos referentes às eleições de 2024, distribuídos até 31/12/2024, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.

Justiça Militar da União: Identificar e julgar até 31/12/2025, 95% dos processos da meta distribuídos até 31/12/2022 nas Auditorias e 99% dos processos da meta distribuídos até 31/12/2023 no STM.

Justiça Militar Estadual: Identificar e julgar até 31/12/2025, 95% das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2023 no 1º grau, e pelo menos 55% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2024.

Filtrar por:

Tribunal
TRE-PB

Grau
Todos

Natureza
Todos

UF, Município
Todos

STJ

Estadual

Federal

Eleitoral

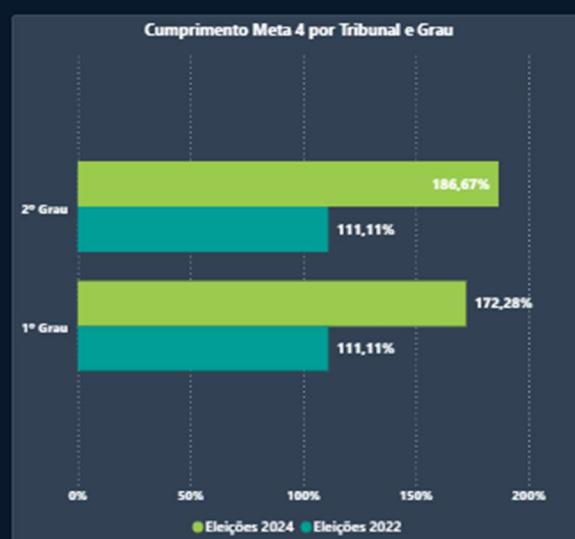
Militar da União

Militar Estadual

Cumprimento Meta 4 por Tribunal e Grau

Eleições 2022		
Cumprimento	Passivo	Resolvidos
111,11%	2	2

Eleições 2024		
Cumprimento	Passivo	Resolvidos
173,74%	297	258



REALIZAÇÃO

 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



APOIO

 JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

 STJ
Superior Tribunal de Justiça

 Tribunal Superior do Trabalho

 Conselho Superior da Justiça do Trabalho

 Tribunal Superior Eleitoral

Fale conosco: supreteti.cnj.jus.br

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Campo Grande/MS, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025. De acordo com o artigo 13 da Resolução Nº 325 de 29/06/2020, a Meta Nacional 1 compõe obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, não ocorrendo assim sua votação.

[Meta 1](#) [Meta 2](#) [Meta 3](#) [Meta 4](#) [Meta 5](#) [Meta 6](#) [Meta 7](#) [Meta 8](#) [Meta 9](#) [Meta 10](#) [Downloads](#) [Anos anteriores](#)

Painel atualizado em 13/01/2026, com dados de referência de 30/11/2025.

Meta 9 de 2025 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Justiça Estadual: Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

Justiça Federal: Implantar, no ano de 2025, dois projetos oriundos de laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outra seção judiciária, tribunal ou órgão público, com avaliação de benefícios à sociedade relacionados à Agenda 2030.

Justiça do Trabalho: Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

Justiça Eleitoral: Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

Justiça Militar da União: Desenvolver, no ano de 2025, pelo menos um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

Justiça Militar Estadual: Desenvolver, no ano de 2025, pelo menos um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.

[Estadual](#) [Federal](#) [Trabalho](#) [Eleitoral](#) [Militar da União](#) [Militar Estadual](#)

Filtrar por:

Tribunal

TRE-PB

Meta 9		
Cumprimento	Projetos Aprovados	Projetos Avaliados
100,00%	1	1

